

# **Demonstrações Financeiras**

## **Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.**

31 de dezembro de 2025  
com Relatório do Auditor Independente

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025 .....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS .....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES .....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	11
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA .....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	13
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	16
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS .....	17
6. ATIVO DE CONTRATO .....	17
7. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	19
8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	19
9. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	20
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	22
11. RECEITA .....	24
12. CUSTOS E DESPESAS .....	26
13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	26
14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	27
15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	30
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES .....	35

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Senhores Acionistas,

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

### A Sete Lagoas

A Sete Lagoas S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig e tem sede e foro em Belo Horizonte Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, Bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Subestação Sete Lagoas 4, no município de Sete Lagoas, Minas Gerais.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito é de R\$ 50.649 mil dividido em 50.649.080 ações ordinárias, (R\$ 50.649 mil dividido em 50.649.080 ações ordinária em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

### AMBIENTE REGULATÓRIO

A receita do negócio de transmissão é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAP), dos ativos do sistema existente, que constituiu a receita inicial responsável pelo equilíbrio econômico-financeiro da concessionária. A metodologia do modelo regulatório é o Revenue-cap, o qual consiste na definição de um teto de receita a ser auferido pela transmissora durante o período. A Companhia atua junto à Aneel para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

A Aneel define a receita dos ativos por meio de Resoluções Autorizativas, que estabelecem a Receita Anual Permitida (RAP) previamente, com direito ao recebimento a partir da data de entrada comercial do ativo, podendo ser reajustada nos processos de reajuste tarifário anual, revisão tarifária periódica e revisão tarifária extraordinária.

O reajuste tarifário anual ocorre em 1º julho de cada ano e tem por objetivo (i) corrigir a RAP homologada pelo índice de reajuste que consta em cada contrato de

concessão e (ii) adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste). O processo de Revisão Tarifária Periódica (RTP), por sua vez, ocorre a cada cinco anos e consiste na reavaliação dos ativos e recálculo dos parâmetros eficientes de cobertura regulatória de custos operacionais, outras receitas e remuneração dos ativos.

Em maio de 2025, por meio das Resolução Homologatória (ReH) nº 3.481/2025, a Aneel homologou o resultado da RTP da RAP para o Contrato de Concessão nº 006/2011 da Sete Lagoas.

### **RAP homologada para o ciclo 2025-2026**

As RAPs do ciclo 2025-2026 da Companhia foram estabelecidas em R\$12.550. No período, o índice de preço IPCA variou 4,26%.

## DESEMPENHO ECONÔMICO

### Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$ 7.423 mil em 2025 em comparação a R\$ 7.405 mil em 2024. O resultado da Companhia é composto, principalmente, pela receita de operação e manutenção da linha de transmissão e pela remuneração do ativo contratual.

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida foi de R\$ 11.747 mil em 2025 em comparação a R\$ 14.607 mil em 2024. A variação reflete a realização do plano do parecer de acesso das conexões da Cemig D no setor de 138Kv da SE Sete Lagoas 4, em fase final de execução e pagamento dos eventos finais do contrato.

### Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional totalizaram R\$ 1.756 mil em 2025, comparados à R\$ 2.129 mil em 2024.

### Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 2.239 mil em 2025, comparados à R\$ 4.292 mil em 2024. A principal redução nos custos e despesas foi no custo de custo de construção que está em linha com a diminuição da receita de construção. Mais detalhes na nota 12.

### Resultado financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2025 correspondeu a uma receita de R\$ 1.633 mil comparado à receita financeira líquida de R\$ 868 mil em 2024.

### Imposto de renda e contribuição social

Em 2025, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 3.718 mil de imposto de renda e contribuição social. Comparativamente em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R\$ 3.778 mil.

## Lucro antes dos juros, tributos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

R\$ mil	2.025	2024	Var. %
Resultado Líquido	7.423	7.405	0,24
Despesa de IR e CS	3.718	3.778	(1,59)
Resultado Financeiro	(1.633)	(868)	88,13
<b>LAJIDA <sup>(1)</sup></b>	<b>9.508</b>	<b>10.315</b>	<b>(7,82)</b>

(1) Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM n° 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

### Destinação do resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 7.423 mil, seja dada a seguinte destinação:

- R\$371 mil para constituição de reserva legal;
- R\$3.526 mil para constituição de dividendos obrigatórios; e
- R\$3.526 mil para constituição de dividendos adicionais.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos adicionais serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata a Companhia Energética de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### ATIVO

	Nota	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.437	2.230
Títulos e Valores Mobiliários	4	14.641	4.838
Concessionárias e permissionárias	5	540	535
Tributos compensáveis		88	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-	304
Outros ativos		616	433
Ativo contratual	6	9.374	9.002
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>26.696</b>	<b>17.342</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	1.825
Tributos compensáveis		881	889
Outros ativos		885	-
Ativo contratual	6	110.009	109.427
Direito de uso		68	69
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>111.843</b>	<b>112.210</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>138.539</b>	<b>129.552</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

### PASSIVO

	Nota	2025	2024
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		291	316
Impostos, taxas e contribuições	8	277	136
Imposto de Renda e Contribuição Social		280	-
Encargos setoriais	7	1.088	1.004
Dividendos a pagar	10	7.044	3.518
Convênio de compartilhamento	14	165	133
Passivo de arrendamentos		6	6
Outras obrigações		29	29
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>9.180</b>	<b>5.142</b>
	-		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Encargos setoriais	7	43	156
Impostos, taxas e contribuições	8	11.043	10.955
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	9	26.448	25.371
Passivo de arrendamentos		63	63
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>37.597</b>	<b>36.545</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>46.777</b>	<b>41.687</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	10		
Capital Social		50.649	50.649
Reservas de Lucros		41.113	37.216
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>91.762</b>	<b>87.865</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>138.539</b>	<b>129.552</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	2025	2024
<b>RECEITA</b>	11		
Remuneração do ativo contratual		11.362	11.597
Receita de construção		-	3.692
Receita de O&M		1.945	790
Subvenções vinculadas ao EUST		196	657
Deduções à receita operacional		(1.756)	(2.129)
		<b>11.747</b>	<b>14.607</b>
<b>CUSTOS</b>	12		
Custos de construção		-	(1.681)
Custos de operação		(1.806)	(1.948)
		<b>(1.806)</b>	<b>(3.629)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>9.941</b>	<b>10.978</b>
<b>DESPESAS</b>	12		
Despesas gerais e administrativas		(307)	(424)
Outras despesas gerais		(126)	(66)
		<b>(433)</b>	<b>(663)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro</b>		<b>9.508</b>	<b>10.315</b>
Receitas financeiras	13	1.664	884
Despesas financeiras	13	(31)	(16)
		<b>1.633</b>	<b>868</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>11.141</b>	<b>11.183</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	9	(2.641)	(1.460)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	(1.077)	(2.318)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>7.423</b>	<b>7.405</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.423	7.405
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>7.423</b>	<b>7.405</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	AFAC	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de Retenção de Lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>36.857</b>	<b>13.792</b>	<b>2.055</b>	<b>23.839</b>	<b>-</b>	<b>76.543</b>
Dividendos obrigatórios não distribuídos anos anteriores	-	-	-	7.435	-	7.435
Integralização de AFAC	13.792	(13.792)	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.405	7.405
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>						
Reserva Legal	-	-	370	-	(370)	-
Dividendos obrigatórios não distribuídos	-	-	-	-	(3.518)	(3.518)
Reserva de retenção de lucros - investimentos	-	-	-	3.517	(3.517)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>50.649</b>	<b>-</b>	<b>2.425</b>	<b>34.791</b>	<b>-</b>	<b>87.865</b>
Dividendos obrigatórios não distribuídos anos anteriores	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	7.423	7.423
<b>Destinação do resultado proposta à AGO:</b>						
Reserva Legal	-	-	371	-	(371)	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(3.526)	(3.526)
Reserva de retenção de lucros - investimentos	-	-	-	3.526	(3.526)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025</b>	<b>50.649</b>	<b>-</b>	<b>2.796</b>	<b>38.317</b>	<b>-</b>	<b>91.762</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024**  
(Em milhares de Reais)

	2025	2024
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	7.423	7405
<b>Ajustes por:</b>		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 9)	3.718	3.778
Receita de construção (Nota 11)	-	(3.692)
Remuneração do ativo contratual (Nota 6)	(11.362)	(11.597)
Juros e variações monetárias	(1.563)	(551)
	<b>(1.784)</b>	<b>(4.657)</b>
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>		
Concessionárias e permissionárias (Nota 5)	(5)	206
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (Nota 9)	-	(197)
Tributos compensáveis (Nota 8)	(630)	(11)
Ativo contratual (Nota 6)	10.408	9.780
Outros ativos	(763)	(130)
	<b>9.010</b>	<b>9.648</b>
<b>(Redução) Aumento de Passivos</b>		
Fornecedores	(25)	(275)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 8)	229	453
Tributos diferidos	-	85
Encargos setoriais (Nota 7)	(29)	191
Convênio de compartilhamento (Nota 14)	32	(24)
Outros passivos	-	15
	<b>207</b>	<b>445</b>
<b>Caixa Gerado (Consumido) pelas Atividades Operacionais</b>	<b>7.433</b>	<b>5.436</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos (Nota 9)	(1.811)	(1.545)
Juros recebidos (Nota 4)	284	253
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>5.906</b>	<b>4.144</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários (Nota 4)	(10.651)	(8.718)
Resgate de Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	3.952	4.959
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(6.699)</b>	<b>(3.759)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(793)</b>	<b>385</b>
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.230	1.845
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	1.437	2.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia” ou “Sete Lagoas”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de dezembro de 2010, estabelecida na Avenida Barbacena, 1.200, bairro Santo Agostinho, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, CEP 30.190-924. A Companhia tem como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”).

A Companhia tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, nos termos dos Contratos de Concessão com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

Atualmente a Concessão da Companhia é constituída pela Subestação Sete Lagoas 4, que possui: 1 banco de transformadores monofásicos + reserva 345/138kV - 375MVA, 1 banco de capacitores em 138kV e 4 saídas de linha em 138kV para atendimento as cargas da Distribuidora.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 21 de maio de 2026, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

## 2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos com base no julgamento da Administração, são revistas anualmente, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 – Ativos de contrato (remensuração do ativo de contrato);
- Nota 9 – Imposto de renda e contribuição social (reconhecimento do diferido, previsão de lucros tributáveis futuros e incertezas sobre os tributos sobre o lucro); e
- Nota 15 – Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

## 2.5 Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2025

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2025 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma e principais alterações	Início da vigência
<b>CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1) – Tratamento contábil para transações com moedas não conversíveis</b> As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgação nas transações que com moedas não conversíveis.	01/01/2025
As Demonstrações Financeiras da Companhia não foram impactadas por essa alteração.	

Norma e principais alterações	Início da vigência
<p><b>OCPC10 – Tratamento contábil para créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização</b></p> <p>A orientação trata dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação, bem como dispor sobre os passivos associados.</p> <p>A Companhia não possui transações com créditos de carbono de forma que suas Demonstrações Financeiras não foram impactadas por essa orientação.</p>	01/01/2025

## 2.6 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

As normas e interpretações novas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2026 estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, e quando entrarem em vigor.

Norma e principais alterações	Início da vigência
<p><b>CPC 48 e CPC 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros</b></p> <p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros com características de ESG e similares, além de incluir requisitos adicionais de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, vinculados a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2026
<p><b>CPC 48 e CPC 40 – Contratos referenciando a eletricidade dependente de condições naturais</b></p> <p>As alterações abrangem contratos que façam referência à eletricidade dependente de fatores naturais esclarecem a aplicação dos requisitos de “uso próprio” para esses contratos.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2026
<p><b>CPC 51 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</b></p> <p>Essa norma substitui o CPC 26 e introduz novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado. As entidades deverão classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, além de apresentar, além da inclusão de subtotais obrigatórios como lucro operacional e lucro antes de financiamento e tributos. Também deverão ser divulgadas em nota explicativa específica as Medidas de Desempenho definidas pela Administração, além de outras alterações.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	01/01/2027
<p><b>IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações</b></p> <p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação de outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora que prepare demonstrações financeiras em conformidade com as normas IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2027

## 2.7. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
Banco conta movimento				73	72
Overnight	Pré-fixada	14,60% a 14,90%	11,91% a 12,15 %	1.364	2.158
				<b>1.437</b>	<b>2.230</b>

Estão divulgados na nota explicativa nº 15 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros (ii) as práticas contábeis materiais.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a. %		2025	2024
		2025	2024		
<b>Circulante</b>					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	103,5% a 110,02%	104,2% a 112,0%	12.958	3.856
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	Variação Selic	15,11% a 15,12%	12,41% a 12,45%	1.683	982
				<b>14.641</b>	<b>4.838</b>
<b>Não Circulante</b>					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI		104,2% a 112,0%	-	1.825
				<b>14.641</b>	<b>6.663</b>

As políticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 15.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

## 5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Saldos vencidos	Total	
	Não Faturado	Mais de 360 dias	2025	2024
Concessionárias e permissionárias	490	50	540	535
<b>Total</b>	<b>490</b>	<b>50</b>	<b>540</b>	<b>535</b>

### Política contábil

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

## 6. ATIVO DE CONTRATO

A movimentação dos ativos de contrato é como segue:

<b>Saldo do ativo contratual em 31/12/2023</b>	<b>112.920</b>
Atualização financeira	11.597
Adições	3.692
Recebimentos	(9.780)
<b>Saldo do ativo contratual em 31/12/2024</b>	<b>118.429</b>
Atualização financeira	11.362
Adições	-
Recebimentos	(10.408)
<b>Saldo do ativo contratual em 31/12/2025</b>	<b>119.383</b>
<b>Circulante</b>	<b>9.374</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>110.009</b>
<b>Total</b>	<b>119.383</b>

### a) Contrato de Concessão nº 006/2011

O contrato regula a exploração do serviço público de transmissão, consistindo na construção, manutenção e operação de transmissão da SE Sete Lagoas 4, com vigência até 15 de junho de 2041.

O índice de atualização do contrato é o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

### Receita Anual Permitida

Por meio da Resolução Homologatória nº 3.481/2025, a ANEEL estabeleceu a receita anual permitida (“RAP”) atualizada da Companhia em R\$ 12.550 mil, para o período

de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, R\$ 11.917 mil, para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

### Política contábil

Durante o prazo da concessão, a Companhia recebe a Receita Anual Permitida (RAP), que remunera o investimento realizado nas linhas de transmissão, bem como os serviços de melhorias, operação e manutenção. A receita da Companhia é reconhecida à medida que são satisfeitas as obrigações de performance correspondentes, a saber: (i) construção e melhoria de infraestrutura e (ii) operação e manutenção. Os valores são reconhecidos no resultado da Companhia, em contrapartida ao ativo de contrato. Posteriormente, a RAP é faturada e os saldos são transferidos do Ativo de Contrato para Concessionárias e permissionárias.

Quando a fase de construção da infraestrutura de transmissão é concluída, os ativos correspondentes permanecem classificados como ativos de contrato, considerando a sua vinculação às obrigações de desempenho durante o período da concessão, representadas pela operação e manutenção das linhas de transmissão, não existindo, assim, o direito incondicional de receber a contraprestação pelos serviços de construção a menos que a Companhia opere e mantenha a infraestrutura.

Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando incorridos.

### Estimativas e julgamentos

As receitas de construção e melhoria são reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão da obra, com base nos custos efetivamente incorridos, acrescidos da margem de construção. A margem alocada à obrigação de performance de construção da infraestrutura é definida com base nas melhores estimativas e expectativas da Administração sobre a rentabilidade dos projetos implementados pela Companhia.

Nas alterações da tarifa por ocasião das revisões tarifárias periódicas, o ativo de contrato é remensurado, trazendo a valor presente as RAPs futuras pela taxa implícita identificada originalmente, confrontando-se o resultado encontrado com o saldo contabilizado, para reconhecimento do ganho ou perda no resultado.

Dos valores faturados de receita de concessão de transmissão, representada pela Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é baixada do ativo de contrato. As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, são incorporadas ao saldo do ativo de contrato.

A taxa de desconto relativa ao componente financeiro do ativo de contrato de concessão representa a melhor estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos na infraestrutura de transmissão, que representa o percentual aproximado do que seria o preço à vista a ser cobrado pela infraestrutura construída ou melhorada pela concessionária em uma operação de venda. A taxa implícita para precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão é estabelecida no início dos investimentos e considera o risco de crédito das contrapartes.

## 7. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2025	2024
<b>Passivo Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR	1.039	990
Pesquisa e Expansão do Sistema Energético	3	3
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	34	3
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT (a)	<b>8</b>	<b>6</b>
<b>CDE sobre P&amp;D</b>	4	2
	1.088	1.004
<b>Passivo Não Circulante</b>		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D (a)	43	156
<b>Total Passivo</b>	<b>1.131</b>	<b>1.160</b>

### a) Pesquisa, desenvolvimento e inovação

As concessionárias e permissionárias de geração e transmissão de energia elétrica devem destinar, anualmente, 1% da receita operacional líquida regulatória para projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação do setor elétrico.

## 8. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2025	2024
<b>Circulante</b>		
PASEP	19	-
COFINS	89	-
INSS	148	130
Outros	21	6
	<b>277</b>	<b>136</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS	9.073	9.001
PASEP	1.970	1.954
	<b>11.043</b>	<b>10.955</b>
<b>Total</b>	<b>11.320</b>	<b>11.091</b>

## 9. IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativos e passivos fiscais diferidos, constituídos sobre saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, às alíquotas de 25% e 9%, referentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, respectivamente, conforme segue:

	2025	2024
<b>Não Circulante</b>		
<b>Imposto de renda</b>		
Compensação crédito tributário ativo	81	205
Ativo de contrato	(19.517)	(18.849)
<b>Contribuição Social</b>		
Compensação crédito tributário ativo	14	59
Ativo de contrato	(7.026)	(6.786)
<b>Total</b>	<b>(26.448)</b>	<b>(25.371)</b>

### b) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social:

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2025	2024
Lucro antes dos impostos	11.141	11.182
Imposto de renda e contribuição social - Despesa nominal	3.788	3.802
Outros	(70)	(24)
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	3.718	3.778
Alíquota efetiva	34%	34%
<b>Corrente</b>	<b>2.641</b>	<b>1.460</b>
<b>Diferido</b>	<b>1.077</b>	<b>2.318</b>

### Política contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Em conformidade ao ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia não possui valores relacionados à incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro reconhecidos em suas informações contábeis.

## **Corrente**

Tributos correntes ativos e passivos referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos vigentes.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

## **Diferido**

Tributos diferidos decorrem de diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

## **Estimativas e julgamentos**

### **Tributos diferidos**

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais/base negativa de contribuição social não utilizados na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias e prejuízos fiscais/base negativa possam ser realizadas, exceto no seguinte caso:

Quando o ativo ou passivo fiscal diferido surge do reconhecimento de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Esses tributos são mensurados à alíquota esperada a ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base na legislação tributária vigente na data do balanço.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável ou reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que estes sejam recuperados.

A Companhia registra os ativos e passivos fiscais diferidos líquidos quando possui o direito executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

As estimativas de lucro tributável futuro, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e de longo prazo,

ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito é de R\$ 50.649 (R\$ 50.649 em 31 de dezembro de 2024) dividido em 50.649.080 ações ordinárias, ( 50.649.080 em 31 de dezembro de 2024), sem valor nominal, totalmente integralizadas, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

### b) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos para 2025 foi feito conforme abaixo:

	2025	2024
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	7.423	7.405
Reserva legal	(371)	(370)
	<b>7.052</b>	<b>7.035</b>
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Obrigatórios	3.526	3.518
Reserva de retenção de lucros	3.526	3.517
<b>Total dos Dividendos</b>	<b>7.052</b>	<b>7.035</b>

### c) Reservas

#### Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

<b>Reservas de Lucro</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reserva Legal	2.796	2.425
Reserva de Lucros	38.317	34.791
	<b>41.113</b>	<b>37.216</b>

#### Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

#### Reserva Especial

Nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em 2025, parcela do lucro líquido do exercício, no montante de R\$3.526 a ser pago como dividendos assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

### d) Destinação do resultado de 2025 - Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2026, que, ao resultado do exercício de 2025, no montante de R\$ 7.423 , seja dada a seguinte destinação:

- R\$371 para constituição de reserva legal;
- R\$3.526 para constituição de dividendos obrigatórios; e,
- R\$3.526 para constituição de dividendos adicionais.

Contudo, devido à indisponibilidade de caixa da Companhia, conforme apresentado pela Administração, os dividendos adicionais serão destinados para constituição de reserva especial, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo o saldo da reserva de retenção de lucros.

### e) Movimentação dos dividendos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>3.518</b>
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2025	3.526
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>7.044</b>

## 11. RECEITA

	2025	2024
Remuneração do ativo contratual	11.362	11.597
Receita de construção <sup>(1)</sup>	-	3.692
Receita de O&M	1.945	790
Subvenções vinculadas ao EUST	196	657
Deduções à receita operacional (a)	(1.756)	(2.129)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>11.747</b>	<b>14.607</b>

(1) A queda da receita de construção está em linha com a curva de realização do plano do parecer de acesso das conexões da Cemig D no setor 138Kv da Sete Lagoas, em fase de execução e pagamento dos eventos finais do contrato.

### a) Tributos e encargos incidentes sobre a receita

	2025	2024
COFINS	1.026	1.271
PASEP	223	276
Reserva Global de Reversão – RGR	359	441
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	28	29
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	41	36
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	20	23
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	47	41
CDE sobre P&D	12	12
	<b>1.756</b>	<b>2.129</b>

### f) Receita de Concessão de Transmissão

	2025			2024		
	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total	Construção e melhorias	Operação e manutenção	Total
Receita Anual Permitida (RAP)	-	1.945	1.945	3.692	790	4.482
Custos de concessão de transmissão	-	(1.806)	(1.806)	(1.681)	(1.948)	(3.629)
Margem	-	139	139	2.011	(1.158)	853
Mark-up (%)	-	(7,70)	(7,70)	(119,63)	59,45	(23,51)

## Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento. Abaixo as práticas contábeis materiais atreladas às receitas da Companhia.

### Receitas de transmissão

As receitas de concessões de transmissão são reconhecidas no resultado mensalmente e incluem:

- Receitas de construção: correspondem à obrigação de desempenho de construir a infraestrutura de transmissão. São reconhecidas de acordo com o estágio de conclusão das obras (fase de construção) e mensuradas com base no custo incorrido somado ao PIS/Pasep e Cofins incidentes e à margem de rentabilidade do projeto.
- Receita de operação e manutenção: correspondem à obrigação de performance relativa à operação e manutenção da infraestrutura, após a conclusão da fase de construção. São reconhecidas nos períodos em que os serviços são prestados, mediante faturamento das RAPs.
- Remuneração financeira do ativo de contrato da transmissão: corresponde ao componente financeiro, reconhecida pelo método linear com base na taxa determinada no início dos investimentos, não sofrendo alterações posteriores. A média simples das taxas implícitas é de 6,86%, sendo estas definidas para cada autorização, incidindo sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa. Inclui a atualização financeira pelo índice de inflação definido para cada contrato de transmissão.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A Resolução Aneel n.º 729/2016, regulamenta a Parcela Variável (PV), penalidade pecuniária aplicada pelo Poder Concedente em função de eventuais indisponibilidades ou restrições operativas das instalações de transmissão e o adicional à RAP que corresponde ao prêmio pecuniário concedido às transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão.

## **Outras receitas**

### Subsídios governamentais

A Sete Lagoas recebe valores da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) a título de reembolso pelos subsídios incidentes nas tarifas de Encargos de Uso do Sistema de Transmissão – EUST. Esses valores são reconhecidos como receita por competência, na apuração mensal, quando se adquire o direito de recebê-los, em contrapartida a “Subsídios tarifários” no ativo circulante.

### Estimativas e julgamentos

A margem de construção é definida com base nas melhores estimativas de rentabilidade da Companhia no momento inicial da concepção dos projetos de investimentos. Alterações na mensuração inicial do preço da transação, que possam dar origem a uma modificação na rentabilidade determinada originalmente e remensuração do ativo de contrato, são tratadas no momento da revisão tarifária periódica.

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada com base no preço de venda individual do serviço, a partir de informações disponíveis sobre os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção e o valor da contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da prestação dos serviços prometidos ao cliente, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 – Receita de contrato com o cliente.

A Companhia analisou os efeitos das parcelas variáveis, com fundamento em séries históricas, e concluiu que a contraprestação variável estimada com a PV não é material. Assim, há o reconhecimento de um aumento e/ou redução de receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

## 12. CUSTOS E DESPESAS

	Custos de operação		Despesas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Serviços de terceiros (a)	1.759	1.512	-	173	1.759	1.685
Provisões (reversões)	(14)	46	-	-	(14)	46
Material	58	389	-	-	58	389
Custos de Construção <sup>(1)</sup>	-	1.681	-	-	-	1.681
Outros custos e despesas operacionais	3	1	126	66	129	67
Pessoal	-	-	307	424	307	424
	<b>1.806</b>	<b>3.629</b>	<b>433</b>	<b>663</b>	<b>2.239</b>	<b>4.292</b>

(1) Os custos de construção diminuíram devido à realização do plano de acesso das conexões da Cemig D no setor de 138Kv da SE Sete Lagoas 4, em fase final de execução e pagamento dos eventos finais do contrato.

### a) Serviços de terceiros

	2025	2024
Operação e manutenção	1.026	978
Meio Ambiente	-	6
Auditoria Externa	38	91
Conservação e Limpeza	430	433
Tecnologia da Informação	84	71
Outros	181	106
	<b>1.759</b>	<b>1.685</b>

## 13. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2025	2024
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicação financeira	1.682	647
Atualização dos créditos de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS	(81)	(42)
Outras Receitas Financeiras	63	279
	<b>1.664</b>	<b>884</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Outras despesas financeiras	(31)	(16)
	<b>(31)</b>	<b>(16)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>1.633</b>	<b>868</b>

## Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

### Encargos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Encargos de transmissão</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	19	18	-	-
Norte Energia	31	8	-	-	114	102	-	-
Cemig Distribuição	-	-	-	-	4.795	5.220	-	-
<b>Encargos de conexão</b>								
Cemig Distribuição	-	305	-	-	4.619	2.699	-	-

Os Encargos de Conexão são montantes financeiros definidos e homologados pela Aneel relativos ao uso das instalações de conexão e/ou pontos de conexão no sistema de transmissão, devidos pelo acessante ao agente conectado.

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de redes de transmissão.

### Prestação de Serviços

Os saldos de prestação de serviço referem-se a contratos de prestação de serviços de operação e manutenção de usinas e de redes de transmissão e de redes de distribuição.

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(1.024)	-
Cemig Distribuição	492	-	-	-	-	-	-	-

## Convênio de compartilhamento

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Infraestrutura e recursos humanos</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	165	133	-	-	(408)	(200)
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	-	-	-	-	-	(198)
Cemig SIM	-	-	-	-	-	-	-	(37)
<b>Operação e manutenção</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	75	232	-	-	-	(1.019)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

## Dividendos

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	7.044	3.518	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$3.526. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes nota explicativa nº 10.

## FIC Pampulha

Empresas relacionadas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	1.364	2.158	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	14.641	4.838	-	-	1.398	394	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	-	1.825	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

### Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstrados na tabela abaixo:

	2025	2024
Remuneração	16	42
Participação nos resultados	7	10
Previdência privada	1	2
<b>Total</b>	<b>24</b>	<b>54</b>

A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 1.475/2022.

## 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

	Nível	2025		2024	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado <sup>(1)</sup></b>					
Concessionárias e permissionárias		540	540	535	535
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	1.825	1.825
		<b>540</b>	<b>540</b>	<b>2.360</b>	<b>2360</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	1.437	1437	2.230	2.230
Títulos e Valores Mobiliários					
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	12.776	12776	3.788	3.788
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.683	1683	982	982
Debêntures	2	182	182	68	68
		<b>16.078</b>	<b>16078</b>	<b>7.068</b>	<b>7.068</b>
		<b>16.618</b>	<b>16618</b>	<b>9.428</b>	<b>9.428</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado <sup>(1)</sup></b>					
Fornecedores		(291)	(291)	(316)	(316)
Passivo de Arrendamento		(69)	(69)	(69)	(69)
		<b>(360)</b>	<b>(360)</b>	<b>(385)</b>	<b>(385)</b>

(1) Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 os saldos contábeis se aproximam dos valores justos dos instrumentos financeiros.

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

#### **b) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### **Risco de Crédito**

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

#### **Risco de taxa de juros**

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas despesas financeiras atreladas aos empréstimos e debêntures em moeda nacional, e pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse

risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

### Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem a princípios rígidos para controle dos riscos operacionais, de crédito e liquidez, estabelecidos em Política de Aplicações, aderente às necessidades de fluxo de caixa das empresas. Essas aplicações financeiras são realizadas em fundos de investimentos exclusivos do grupo econômico Cemig ou diretamente em CDBs e operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, incluindo as atualizações monetárias até as datas de vencimentos contratuais, está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	291	-	-	-	-	291
Arrendamento	1	2	3	26	98	130
	<b>292</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>26</b>	<b>98</b>	<b>421</b>

### Política contábil

Os ativos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia e suas controladas para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia e suas controladas não possuem ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os passivos financeiros, em regra, devem ser classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto quando se enquadrarem na mensuração ao valor justo por meio do resultado ou em outras exceções trazidas pela norma. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

### **Mensurados ao custo amortizado**

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros;

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

### **Estimativas e julgamentos**

#### **Valor justo por meio do resultado**

Os equivalentes de caixa e os valores mobiliários que não se enquadram como custo amortizado são mensurados como valor justo por meio do resultado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

\* \* \* \* \*

**Marco da Camino Ancona Lopez Soligo**  
Diretor-Presidente

**Andrea Marques de Almeida**  
Diretora

**Fredstwon Reis Pereira**  
Diretor

**Luiza de Almeida Pereira Lopes**  
Superintendente de Controladoria

**Bruno Philipe Silvestre Rocha**  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador – CRC-MG 121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A.  
Belo Horizonte - MG**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 1SP259468/O-7

## SETE LAGOAS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

---

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Sete Lagoas Transmissora de Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2025, acompanhadas dos respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2026.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2026

Paulo César Teodoro Bechtluft, Conselheiro Efetivo

Nelson Tamiatti, Conselheiro Efetivo

Eduardo José de Souza, Conselheiro Efetivo